

Conclusão

Num ritmo alucinante, a modernidade invade nossos objetivos individuais, nos confrontando com o “espectro de desafios individuais e, portanto, obliquamente, como influenciam a maneira que tendem a viver suas vidas” (BAUMAN, 2007, p.10). A situação de crise (e, ao mesmo tempo, de novas possibilidades) vivida pela população da RMRJ nas últimas décadas tem levantado muitas questões que nos remetem à necessidade de reavaliar os aspectos econômicos, políticos e culturais presentes nos projetos de modernização das cidades e territórios municipais em um espaço altamente urbano.

O modo de vida contemporâneo, que se transforma pela moda e impõe valores éticos, morais, estético à sociedade, cada vez mais globalizada, nos leva a buscar uma nova postura contra a conformidade, primordial diante de tantos impasses, dúvidas e medos que atravessam nossas defesas e nos tornam frágeis para parar, pensar e até recuar diante das abruptas e profundas transformações identificadas.

Dando sequência a esse raciocínio, faz-se urgente repensarmos nossas práticas e buscarmos uma nova base de mudança. As rápidas e profundas transformações no cotidiano, mesmo que sutis, criam uma regulação e um engessamento das práticas sociais e, em ritmo veloz no tempo e no espaço, produzem símbolos que legitimam uma sociedade consumista e materialista criando, muitas vezes, mecanismos que sustentam a ilusão de pertencimento e coesão dos diversos segmentos da sociedade.

Sob essa ótica, a desordem urbana vivida pelos moradores da metrópole carioca pode ser vista não como um simples problema de descumprimento de normas e regras, mas sim a partir da incompatibilidade das propostas oficiais de desenvolvimento e modernização, e as necessidades da população com suas múltiplas identidades que se territorializam. De acordo com a proposta de Castro e Teixeira (2008), ao analisarmos as imagens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, devemos considerar que os conflitos são fruto, principalmente, mas não exclusivamente, da anacrônica aplicação das políticas públicas impostas pelos gestores dos municípios que a compõem.

Capaz de resgatar valores, sem a essencialização identitária e/ou fundamentalismo que podem destruir o ethos identitário, a identidade, tal como a diferença, é uma relação social, sujeita a relações de poder. Se pensarmos nas relações de poder inerentes à construção identitária, vemos claramente que o poder se estende por todas as escalas da sociedade, viabilizando relações de diversas ordens, das mais materiais às imateriais, ou seja, das institucionalizadas ao simbólico das representações dos diversos grupos culturais.

Construída de forma subjetiva, a identidade é construída nas representações, sem cair no desprezo da realidade em prol do imaginário. A materialidade da experiência social é essencial, mas nunca deve estar dissociada da natureza simbólica e subjetiva. A partir dos sistemas de representação, que dão sentido àquilo que somos e incluem práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, os indivíduos podem se posicionar diante do mundo, subvertendo preconceitos, estigmas e a inclusão precária. O conhecimento das representações culturais por parte dos gestores no momento em que forem planejar projetos de desenvolvimento socioespacial do espaço metropolitano poderia eliminar as barreiras que dificultam políticas eficazes na RMRJ como, por exemplo, a redução dos interesses clientelistas e a desnaturalização do atraso e da pobreza em algumas regiões da metrópole.

Segundo Haesbaert (2009), a partir de Castells (1998),

(...) o ressurgimento das identidades como princípios essenciais de vida pessoal e de mobilização social na era da mundialização, da Internet e da mídia é um dos maiores paradoxos da nossa época. Quem quer compreender hoje a política deve começar por se inclinar não sobre a economia ou a geopolítica, mas sobre a identidade religiosa, nacional, regional e étnica de cada sociedade (p.1).

Apesar de ser uma resultante religiosa da modernidade, dadas as apropriações e ressignificações dos rituais de matriz africana e indígena pelo cristianismo, a Umbanda apresenta importantes representações que, mesmo *satanizadas* pelo imaginário ocidental hoje dominante, expressam um forte papel de liderança durante os rituais e na estrutura social pautada na religiosidade ancestral de deuses e deusas (Orixás), representantes da humanidade, através de suas características positivas e negativas materializadas na Terra.

A Umbanda pode ser muito útil na interpretação das representações socioespaciais de diversos segmentos marginalizados na metrópole carioca, modelando suas entidades e/ou Orixás, que definem imagens benéficas e maléficas (portanto humanas) nos grupos, notadamente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), onde se situa parte expressiva dos grupos sociais que professam essa religião. Ao serem envoltas pelas *brumas da modernidade*, essas imagens iconográficas presentes no inconsciente coletivo modernizado escondem as experiências no cotidiano, fundamentais na constituição do *eu* e da identidade territorial dos umbandistas no espaço geográfico. Segundo Bourdieu (2007) citado por Haesbaert (2009), “na lógica propriamente simbólica da distinção (...) existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente [como] diferente (p.129).

Seguindo essa linha de raciocínio, nos remetemos principalmente às obras de Souza (1996, 2000, 2003, 2008) para defender a ideia de desenvolvimento socioespacial, cujo cerne deve ser a busca por uma concepção de desenvolvimento que pressuponha transformações efetivas e estruturais no espaço e na sociedade, já que o espaço estudado é condicionado e condicionante da sociedade que nele vive. A partir das reflexões realizadas, pensamos a urgência de se exercitar a construção de conceitos de desenvolvimento neste momento da modernidade, destacando-se a importância do entendimento das práticas culturais tradicionais, com ênfase nas umbandistas. Partindo do pressuposto de que para alcançarmos o desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 1996) é fundamental levarmos em conta as subjetividades, identidades e suas múltiplas territorialidades, precisamos subverter os modelos homogeneizantes, encoberto por ideologias que sustentam a lógica economicista dominante nos projetos de desenvolvimento.

Diante das territorialidades múltiplas e superpostas do local, foi essencial questionarmos a ideia de desenvolvimento sustentável. Tendo como principal referência a obra de Rua (2007) e a RMRJ como recorte espacial, percebemos que a ideia de desenvolvimento com sustentabilidades deve nortear o projeto na busca de qualidade de vida, já que ao analisarmos o espaço como constituído por homens, firmas, instituições, infraestruturas e o meio ecológico (SANTOS, 1996), percebemo-nos como um produto de interrelações e produtor de outras

relações. Logo, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como um espaço fragmentado e contraditório, resultado de relações sociais, também deve ser percebida levando-se em conta os sistemas simbólicos de significados construídos por meio de práticas culturais tradicionais como a Umbanda.

Sobre as identidades e suas territorialidades, construídas a partir das múltiplas relações dos sujeitos com os outros, entendemos que a dinâmica destas relações pode permitir vislumbrar as premissas de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidades, já que as diversas dimensões (econômica, política, institucional, cultural, territorial, ambiental, ecológica) poderão ser contempladas (GUIMARÃES, 1997, RUA, 2007).

Apesar de não desprezar a dimensão econômica do desenvolvimento socioambiental em uma perspectiva de Sustentabilidades (RUA, 2007), a questão central do presente trabalho procurou destacar a relação entre a Umbanda e políticas públicas ambientais sustentáveis na RMRJ, entendendo as potencialidades desta prática religiosa como instrumento de políticas públicas ambientalmente sustentáveis.

Tendo como ponto de partida o fato da Umbanda ser fruto de (re)significações recursivas das práticas tradicionais pré-modernas africanas e indígenas pelo catolicismo na modernidade, em busca de uma sociedade “pós-tradicional”, como apregoa Giddens (1997), e a necessidade do contato do umbandista com o meio físico para as manifestações mediúnicas, giras, oferendas, banhos e defumações, assim como as condições para tais atos de fé (como se manter público e afeito para outras necessidades), vislumbramos a potencialidade dessa religião na recomposição da qualidade de vida na região. Nesse contexto, a fim de comprovar as potencialidades da Umbanda como viés de educação ambiental e constituição identitária, é que realizamos as visitas aos parques criados nos municípios de Magé e Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, que proporcionaram a observação se essas práticas religiosas ocorrem com sustentabilidades religiosa e ambiental.

Apesar dos hábitos pouco sustentáveis de muitos praticantes, contradizendo a concepção que a Umbanda possui da natureza – Orixá é natureza e natureza é Orixá - entendemos que as premissas da religião apresentam um importante viés

de educação ambiental, podendo colaborar com a sustentabilidade ambiental se houver um conhecimento maior, por parte dos próprios umbandistas, do significado de cada Orixá e/ou entidade, assim como da filosofia, do culto e da prática da Umbanda. Seus princípios são fundamentalmente sustentáveis, pois o culto aos Orixás representa o contato direto com os elementos da natureza, a busca de energias ancestrais e a prática da caridade, negando a separação, criada pela tradição judaico-cristã na modernidade, entre o sagrado, o homem e a natureza (LANDER, 2005).

Elucidando para o leitor como se dão as práticas das diversas comunidades umbandistas, procuramos defender a busca pelo equilíbrio entre as tradições e inovações e a capacidade de autonomia destas comunidades na elaboração de projetos mais consistentes de desenvolvimento, já que muitas de suas práticas estão presentes em vários segmentos da sociedade, mesmo que não declaradamente.

Apesar do enfoque geográfico, já que as políticas públicas são essencialmente espaciais e estão sujeitas a movimentos de apropriação e/ou dominação, compreendemos que uma abordagem sobre as sustentabilidades dessas políticas devem levar em conta outras áreas do conhecimento. Daí a preocupação em buscar na Sociologia, Antropologia, Filosofia e Teologia, por exemplo, subsídios para fundamentar a discussão, permitindo uma análise e uma contribuição mais consistentes da temática.

O novo paradigma se funda numa nova visão da realidade, onde as diferenças revelam a complexidade e a necessidade de se sentir no/com o outro, num processo recursivo e sistêmico de construção das identidades territoriais. A construção do *ethos* mundial é importantíssimo, mas não será possível sem a construção de um *ethos* local, já que este não deve representar simplesmente desejos políticos locais, mas as falas, as reivindicações, as ações, os desejos, a memória e os projetos dos grupos que se re-constroem progressivamente.

Poderíamos, então, falar de uma ética ambiental que valorize os valores simbólicos de um território local em equilíbrio com o global? Com certeza, se levarmos em conta que, atualmente, não ocorre mais o domínio de um princípio de realidade calcado essencialmente no econômico e político, já que o mundo

precisa se transfigurar de uma ética utilitarista para uma ética emocional/axiológica, que valorize o espaço vivido em sua interação com o globalismo, permitindo a comunhão dos saberes, costumes em comum, memória e imaginário coletivo.

Neste contexto, a religião umbandista revela-se como um dos caminhos para o entendimento da dinâmica social na RMRJ, em que o sujeito do processo é, ao mesmo tempo, observador e partícipe do cenário. Um sujeito concreto que atua, que expressa suas individualidades, seus sentimentos, seus anseios. Sujeito este que, através de suas representações, revela tradições inerentes ao amálgama cultural brasileiro, parte constituinte da construção do espaço geográfico.